



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Sarnis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1995**

(QUINTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Irineu Colombo.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Nelson Justus, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nelvo Beraldin, Ângelo Vanhoni, Cezar Silvestri, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Milton Puppio, Nelson Tureck, Sérgio Spada e Toti Colaço (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, verificando já a existência de número legal, retiro o pedido de

chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está suspensa a chamada nominal.

Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei nº 287, dos Deputados Joel Coimbra, Anibal Khury e Marcos Alves, que dispõe sobre a reversão de imóveis ao patrimônio do Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 2133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 sessões, do item 05 (cinco), 2ª discussão do Projeto de Lei nº 072/95, constante da Ordem do Dia da presente Sessão (10/08).

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 154/95 de autoria do Deputado Nereu Moura, item 06 da Ordem do Dia de hoje por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO N° 2175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Olívio Beraldo Scorsin.

Pessoa com grande círculo de amizades, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua David Hilgenberg Sobrinho, 29, Nova Rússia - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Adolpho Moro.

Pessoa com grande círculo de amizades, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Padre João Lux, n° 240 - Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja registrado nos anais desta Casa de Leis voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Olavo Almeida Ribas ocorrido na data de 1° de agosto deste ano.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(aa) LUIZ CARLOS ZUK

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Olavo Almeida Ribas faleceu aos 71 anos, deixando viúva Dona Edith Araújo Ribas, mulher com quem teve três filhos oriundos de um feliz casamento: Ascânio Araújo Ribas, Lucien Araújo Ribas e Damasceno Araújo Ribas. Formado pela UFPR em Medicina Veterinária, trabalhou no ramo como funcionário público do Ministério da Agricultura Estadual ocupando o cargo de vice-Diretor deste órgão. Também era pecuarista que adorava trabalhar com criação de gado, cavalos...

Após se aposentar, fundou a firma de água mineral "Ita-y Água Mineral," sendo o Diretor Presidente dessa empresa auxiliado nos negócios pelos seus familiares.

A manifestação que ora proponho demonstra a indubitável perda de um grande homem para o povo paranaense. Declaro, ainda, protestos de estima e saudade que sentia por essa nobre pessoa que foi o Sr. Olavo Almeida Ribas.

REQUERIMENTO N° 2145

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria e Mário Chuba que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2146

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Ubiratã e Maria Beatriz Lôbo que completou 21 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Relógio de Pulso, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2147

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Antonio e Maria Celeste Peron que completou 29 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Jade, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2148

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria Rosa e João Bodemar que completou 36 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Coral, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná, pelas comemorações alusivas aos 141 anos de atividade da Corporação no Estado, que acontecem na data de hoje.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Daniel Cezar Maingue, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mal. Floriano Peixoto, 1401, Rebouças, CEP: 80.230-110, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça constar na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de regozijo e congratulações pela passagem do 42° aniversário de emancipação política do Município de Alto Paraná, que ocorrerá no próximo dia 19 do corrente mês de agosto.

Requer outrossim que, da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Cláudio Golemba, Prefeito Municipal, ao Exmo. Sr. José Dedalto, vice-Prefeito e à Câmara Municipal de Vereadores de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Alto Paraná fundado em agosto de 1948, foi elevado à categoria de município em 19 de agosto de 1953, através da Lei Estadual n° 1.190, sendo como consequência desmembrado do município de Nova Esperança.

Agora, ao comemorar 42 anos de sua emancipação política, Alto Paraná se constitui numa das mais pujantes cidades da região, e grande tem sido a sua contribuição para o desenvolvimento do nosso Estado.

É justo que esta Casa preste a sua mais sincera homenagem àquela população, por ocasião de tão importante acontecimento.

REQUERIMENTO N° 2134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a constituição de Comissão Especial, composta de 05 (cinco) membros, destinada a proceder acompanhamento da Reforma Constitucional ora em curso, elaborando inclusive proposta e estudos no interesse do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Reforma Constitucional ora em curso está trazendo ao centro dos debates alguns pontos de grande interesse e importância para o Estado do Paraná e sua população.

Dentre os temas, pode-se indicar a Reforma Tributária e a Reforma do Estado. Esta Casa não pode se omitir em matéria de tal relevância e de extraordinário interesse dos paranaenses. Diante disso, apresento o requerimento da constituição de Comissão, fazendo-se assessorar por técnicos e especialistas, deverá proceder o acompanhamento de todas as propostas em tramitação ou em discussão no Congresso Nacional desenvolvendo os estudos necessários para subsidiar todas as lideranças do Estado do Paraná na Defesa de seus legítimos interesses e de sua população.

REQUERIMENTO N° 2136

Senhor Presidente.

Observadas as exigências regimentais e constitucionais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dn. Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ao mesmo que informe sobre a existência, no cronograma de obras dessa Secretaria, previsão de obras objetivando melhorar as condições de tráfego no Anel Viário Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul), no Município de Maringá, consoante reivindicação da Câmara Municipal daquela cidade.

Caso a resposta seja afirmativa, solicita-se, outrossim, sejam especificadas as melhorias previstas, bem como a data de início e conclusão das obras.

Destaca-se que aquela comunidade, desde longa data, vem reclamando sobretudo a construção de acostamentos, passarelas para pedestres, implantação de iluminação pública e canaletes.

Ao longo da referida rodovia estão localizados os Jardins São Silvestre e Bertoga, os Conjuntos Habitacionais Sol Nascente, Prolar, Cidade Alta I e II, fazendo com que naquela região se concentre um vasto contingente habitacional. Dessa forma, as melhorias reivindicadas destinam-se a proporcionar maior segurança aos cidadãos que diariamente transitam no Contorno Sul, sobretudo nos deslocamentos para o trabalho.

A Administração Municipal, na pessoa do Prefeito Said Felício Ferreira, sensível às constantes reclamações dos moradores da referida região, providenciou a aplicação de cascalho no acostamento daquela via e também realizou melhorias como sinalização vertical e horizontal e iluminação pública nas vias de acesso aos bairros limdeiros ao Anel Viário. Contudo, as

medidas, embora relevantes, não satisfazem as necessidades de infra-estrutura do Anel Viário Prefeito Sincler Sambatti, sobretudo em se relevando que o tráfego de veículos de alta tonelagem é intenso no local.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão de rodovias estaduais em leito natural, no Programa Caminhos da Educação e Desenvolvimento, desenvolvido pela referida Secretaria, para pavimentação asfáltica, dos seguintes municípios:

1. ARARUNA - Ligação da sede do Município a São Luiz e PR-465 - São Vicente e BR-272;

2. RONCADOR: Ligação da sede do Município a Alto Alegre e PR-462 e Estiva;

3. CONGONHINHAS: Ligação da sede do Município a São Jerônimo da Serra, Porto Messias, São Francisco do Imbaú, São Judas Tadeu e Bom Jesus.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do Programa Caminhos da Educação e Desenvolvimento, pelo Governo do Estado do Paraná, são grandes os interesses de Prefeitos e da população de Distritos e localidades distantes da sede do Município em realizar a pavimentação asfáltica das rodovias estaduais em leito natural, que ligam a sede dos Municípios com regiões povoadas e distantes.

Assim sendo, é oportuno destacar a Secretaria de Estado dos Transportes, algumas das diversas rodovias do Paraná, que ainda não contam com este benefício público.

REQUERIMENTO N° 2138

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender a solicitação do morador da Rua Laguna, n° 62, Jardim Cristal, no Guatupê, em São José dos Pinhais, com relação a rede de luz que passa dentro do seu terreno, assim como no de outros moradores e assim sendo, não podem efetuar nenhuma benfeitoria. Os proprietários gostariam de saber se haverá alguma indenização por parte da COPEL.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2139

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de energia Elétrica - COPEL, no sentido de verificar a queda de energia que vem ocorrendo na Rua Francisco Ferreira Machado, Jardim Santos Dumont I, em São José dos Pinhais. A queda de energia vem ocorrendo com muita frequência e com isso vários eletrodomésticos estão queimando, causando prejuízo aos moradores.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2140

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR, para verificar a qualidade de água na Rua Maestro Carlos Frank, n° 1459 no Boqueirão. A água está chegando muito suja, imprópria para consumo.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2141

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR, no sentido de implantar rede de esgoto no Loteamento Moradias Paraná - Tatuquara. O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais afirmam se tratar de um conjunto novo, estando precisando assim desse benefício.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2142

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de implantar um posto policial no Loteamento Moradias Paraná - Tatuquara. Segundo os moradores, é um loteamento novo e está precisando de atenção por parte da

Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2143

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Loteamento Moradias Paraná - Tatuquara, os quais pedem um telefone público. Segundo os moradores, o loteamento é novo e não tem telefone, dificultando assim a vida dos moradores.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2144

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de colocar manilhas na Av. das Torres - Boneca do Iguaçu, em frente ao Restaurante Los Pampas. O pedido está sendo feito pelos moradores, que reclamam do transtorno causado pela falta da mesma.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2149

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabilidade de instalação de uma Agência do BANESTADO na Cidade de Lobato, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Lobato é um município que não possui Agência do BANESTADO, e, portanto, pela sua população e pelo desenvolvimento econômico e social do município, faz jus a essa Agência.

REQUERIMENTO N° 2150

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabi-

Curitiba, quinta, em 10.08.95

lidade de instalação de uma Agência do BANESTADO na Cidade de Inajá, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Inajá é um município que não possui Agência do BANESTADO, e, portanto, pela sua população e pelo desenvolvimento econômico e social do município, faz jus a essa Agência.

REQUERIMENTO N° 2151

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabilidade de instalação de uma Agência do BANESTADO na Cidade de Iguaraçu, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Iguaraçu é um município que não possui Agência do BANESTADO, e, portanto, pela sua população e pelo desenvolvimento econômico e social do município, faz jus a essa Agência.

REQUERIMENTO N° 2152

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabilidade de instalação de uma Agência do BANESTADO na Cidade de Alto Paraná, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Alto Paraná é um município que não possui Agência do BANESTADO, e, portanto, pela sua população e pelo desenvolvimento econômico e social do município, faz jus a essa Agência.

REQUERIMENTO N° 2153

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabilidade de instalação de uma Agência do BANESTADO na Cidade de Paranacity, conforme

me justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Paranacity é um município que não possui Agência do BANESTADO, e, portanto, pela sua população e pelo desenvolvimento econômico e social do município, faz jus a essa Agência.

REQUERIMENTO N° 2154

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabilidade de instalação de uma Agência do BANESTADO na Cidade de Santa Mônica, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Santa Mônica é um município que não possui Agência do BANESTADO, e, portanto, pela sua população e pelo desenvolvimento econômico e social do município, faz jus a essa Agência.

REQUERIMENTO N° 2155

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabilidade de instalação de uma Agência do BANESTADO na Cidade de Nova Aliança do Ivaí, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Nova Aliança do Ivaí é um município que não possui Agência do BANESTADO, e, portanto, pela sua população e pelo desenvolvimento econômico e social do município, faz jus a essa Agência.

REQUERIMENTO N° 2156

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabilidade de instalação de uma Agência do BANESTADO na Cidade de Ângulo, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Ângulo é um município que não possui Agência do BANESTADO, e, portanto, pela sua população e pelo desenvolvimento econômico e social do município, faz jus a essa Agência.

REQUERIMENTO N° 2157

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Camargo Fayet, solicitando viabilidade de instalação de um Posto Avançado do BANESTADO no Distrito de Água Boa, Município de Paçandu, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Água Boa, do Município de Paçandu, não tem Posto Avançado do BANESTADO, e, portanto, pela melhor condição de vida de sua população, faz jus a esse Posto Avançado.

REQUERIMENTO N° 2159

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que este subscrevem, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUEREM, ao Dr. Jaime Lerner, M.D. Governador do Estado e ao Dr. Sílvio de Magalhães Barros II, M.D. Secretário de Estado do Transporte e Turismo, pleiteando a implantação de centros Regionais de Esportes, nas Cidades de Paranaíba e Umuarama, para ampliação das ações nas áreas de esporte, lazer e turismo da referida Secretaria.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(aa) WALMOR TRENTINI
NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Esporte e Turismo, dinamizada pelo Governador Jaime Lerner, e composta por uma equipe altamente qualificada e liderada pelo Secretário Sílvio Magalhães Barros II, conta com diversos centros regionais, mas ao contrário das demais secretarias de Estado, que possuem núcleos ou escritórios regionais nas cidades pólos de Paranaíba e Umuarama, não está presente naquelas cidades, quem têm importância e potencial esportivo e turístico.

O atendimento deste pedido elevará ainda mais o conceito do nosso atual Governo junto às microrregiões polarizadas por Paranaíba e Umuarama, pois dinamizará as ações e representará economia aos municípios que através de seus governos já se dirigem naturalmente às referidas cidades

para tratarem de assuntos abrangidos pelas estruturas regionais das secretarias de Estado.

REQUERIMENTO N° 2160

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, no sentido de que determine a liberação de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia de Tunas do Paraná, tendo em vista que a atual viatura encontra-se em estado precário de funcionamento, não possibilitando a efetivação das funções a ela pertinentes.

Requer outrossim, o envio de correspondência com o inteiro teor do presente, ao Exmo. Senhor Prefeito Ademar Moacir Cordeiro, bem como, ao Presidente da Câmara Municipal daquele município, o Senhor Valmir Cordeiro de Oliveira.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2161

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, no sentido de que determine a liberação de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia de Bocaiúva do Sul, tendo em vista que a atual viatura encontra-se em estado precário de funcionamento, não possibilitando a efetivação das funções a ela pertinentes.

Requer outrossim, o envio de correspondência com o inteiro teor do presente, ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos R. T. da Fonseca, bem como, ao Presidente da Câmara Municipal daquele município o Sr. Feliciano Bernardi.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2162

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, no sentido de que determine a liberação de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia de Rio Branco do Sul, tendo em vista que a atual viatura encontra-se em estado precário de funcionamento, não possibilitando a efetivação das funções a ela pertinentes.

Requer outrossim, o envio de corres-

Curitiba, quinta, em 10.08.95

pondência com o inteiro teor do presente, ao Exmo. Sr. Prefeito Bento Ilceu B. Chimmelli, bem como, ao Presidente da Câmara Municipal daquele município o Sr. Darcy Ribeiro de Cristo.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2166

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Cel. Daniel Cezar Maingue, Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, parabenizando aquela Corporação pelo transcurso de seu 141° aniversário de criação.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Estado do Paraná, foi criada após a emancipação política do Paraná, com a denominação de Companhia Policial da Província do Paraná. O primeiro Comandante da Corporação foi o Capitão do Exército Nacional Joaquim José Moreira Mendonça.

Desde a sua criação, a Polícia Militar teve várias denominações: Corpo Policial da Província do Paraná, no ano de 1874, Regimento de Segurança do Paraná, em 1892, e Força Militar do Paraná, em 1917.

Foi somente no ano de 1946 que passou a denominar-se Polícia Militar do Estado do Paraná. Desde o início das suas atividades, a Polícia Militar teve importantes momentos históricos, como a sua participação na Guerra do Paraguai, na Revolução Federalista (Cerco da Lapa), na Campanha do Contestado e na Revolução do ano de 1924.

Hoje o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Daniel Cezar Maingue, juntamente com o Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, a Corporação está inovando no seu trabalho, ficando mais próxima da população, através de Programas como: "Patrulha Rural" para dar segurança ao homem do campo, o "Formando Cidadão", que encaminha meninos de rua aos quartéis, onde recebem atendimento e são levados à escola e a uma profissão, e ainda com a reativação dos módulos policiais e com a expansão do SIATE, um serviço de atendimento de emergência à população.

Com sua aproximação através dos diversos Programas de atendimento, a Polícia Militar chega mais perto da população e faz com que seja mais acreditada e menos criticada, pois a comunidade de um modo geral se sente mais protegida.

REQUERIMENTO N° 2167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, MD. Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família e ao Senhor Silvio Magalhães de Barros II, MD. Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Tapira, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Wilson Lucena, Prefeito Municipal de Tapira (Rua Paranaguá, s/n°) ao Vereador José Pinto, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaguá, 518 - CEP: 87.830-000), ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, Conj. 101, Umuarama - CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos Municípios o Projeto Piá no Esporte é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Tapira, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 2168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a destinação de uma viatura policial, para o Município de Cafezal do Sul.

Requer ainda, seja comunicado aos Senhores Moysés Mendes Sanches, Prefeito Municipal (Av. Ítalo Orcelli, 796), ao Vereador José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Av. Ítalo Orcelli, 658 CEP: 87.567-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, Conj. 101, Umuarama - CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Cafezal do Sul possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 2169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a destinação de uma viatura policial, para o Município de Douradina.

Requer ainda, seja comunicado aos Senhores Manoel Ribeiro de Oliveira, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 470), ao Vereador Hermínio França de Oliveira Filho, Presidente da Câmara Municipal (Av. Br. do Rio Branco, 320 CEP: 87.485-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1º andar, Conj. 101, Umuarama - CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Douradina possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 2170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, MD. Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família e ao Senhor Silvio Magalhães de Barros II, MD. Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Maria Helena, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jessé Batista Correa, Prefeito Municipal de Maria Helena (Praça Brasil, 1690), ao Vereador Sebastião de Mendonça Xavier Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal (Av. Paraná, 1690 - CEP: 87.480-000), ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1º andar, Conj. 101, Umuarama - CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos Municípios o Projeto Piá no Esporte é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Tapira, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 2171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor Silvio Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Nova Olimpia, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Luiz Sorvos, Prefeito Municipal de Nova Olimpia (Rua L. Pradela, 265) ao Vereador Ari Amaro Vieira de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso), 700 CEP: 87490-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1º andar, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos Municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Nova Olimpia, no referido projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 2172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que determine ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER a tomada de procedimentos para implantação de melhorias no Contorno Norte de Maringá (Anel Prefeito Sincler Sambatti).

Ao longo desta rodovia estão localizados inúmeros bairros, como os Jardim São Silvestre e Bertloga e os Conjuntos Sol Nascente, Prolar, Cidade Alta I e II, implicando em vasto contingente habitacional, razão pela qual há necessidade urgente de implantação de benefícios reclamados, tais como, canaletas, iluminação pública, acostamentos e passarelas para pedestres, para que a população tenha condições adequadas de segurança.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 2173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enca-

Curitiba, quinta, em 10.08.95

minhado solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado - Dr. Jaime Lerner, no sentido de determinar à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, a liberação de recursos financeiros constante da previsão orçamentária do Estado para o ano de 1995 especificado no Código 1214 0872052 - no valor de R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais) - Programa de Obras - "Dar continuidade as obras do Hospital Regional Universitário".

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Que a saúde da população vai mal, isto é fato, porém cabe a nós que temos algum poder de influência no processo, e sobretudo a Classe Política primar pelo cumprimento

do que está assinalado em nossa Constituição Federal em seu artigo 196 - Seção II - Da Saúde ("A Saúde é direito de todos e dever do Estado, ...).

Sem recursos financeiros, não há Sistema de Saúde que possa dar resposta às necessidades mínimas do nosso povo, já tão debilitado e depauperado, pela fome, miséria, etc...

A continuidade das obras do Hospital Regional Universitário de Maringá é uma justa aspiração do povo maringense e região polarizada por esta cidade.

São milhares de famílias das zonas urbanas e rural de toda a região. Famílias carentes que gostariam de contar com atendimento médico e hospitalar de uma organização voltada exclusivamente para o pessoal mais humilde.

CURITIBA, 9-FEVR, 20/12/1994

DIÁRIO OFICIAL

Pág. 213

ESTADO DO PARANÁ - GOVERNO DO ESTADO 1994

247

12 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES VINCULADAS					
ANEXO DO PROGRAMA DE OBRAS					
13 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ					
CODIGO	ESPECIFICACAO	UNIDADE	QUANT.	FOR	VALOR
				OP	300.000
TOTAL					1.050.000

12 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES VINCULADAS					
ANEXO DO PROGRAMA DE OBRAS					
14 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ					
CODIGO	ESPECIFICACAO	UNIDADE	QUANT.	FOR	VALOR
1214 0842002.004	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR NA UEM				
	REGIAO III				
0001	CONSTRUIR BLOCO DIDATICO- ADMINISTRATIVO - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL	M2	3.000	T	22.700
				OP	670.000
0002	CONSTRUIR LABORATORIO - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA QUIMICA	M2	630	T	7.000
				OP	234.000
0003	CONSTRUIR PALEO	M2	83	T	7.000
				OP	7.000
0004	CONSTRUIR LABORATORIO - DEPARTAMENTO DE FISICA	M2	630	T	7.000
				OP	234.000
0005	CONSTRUIR BLOCOS DIDATICO/ADMINISTRATIVO - DEPARTAMENTO DE LETRAS, CIENC. SOC. TEORIA E PRATICA E DE HISTORIA	M2	1.300	T	9.000
				OP	280.000
0006	CONSTRUIR PATIO COBERTO - CENTRO DE APLICACAO PEDAGOGICA	M2	100	T	12.000
				OP	12.000
0007	CONSTRUIR COBERTURA DA PISCINA SEMI-OLIMPICA - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA	M2	700	T	80.000
				OP	80.000
0008	CONSTRUIR ALMOXARIFADO - ESTACAO CLIMATOLOGICA E METEOROLOGICA	M2	5	T	0
				OP	0
0009	CONSTRUIR LABORATORIO DE CLIMATOLOGIA	M2	64	T	15.400
				OP	15.400
0010	CONSTRUIR BLOCO UNIDADE DE PSICOLOGIA APLICADA - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA	M2	620	T	4.700
				OP	130.000
0011	AMPLIAR CRECHE PARA MEDIO PORTE -	M2	478	T	107.610
				OP	107.610
0012	CONSTRUIR QUADRA POLIVALENTE COBERTA - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA	M2	1.300	T	48.000
				OP	48.000
0013	CONSTRUIR REFEITORIO - FAZENDA EXPERIMENTAL DE IGUAZU/ DEPARTAMENTO DE AGRONOMIA	M2	174	T	31.200
				OP	31.200
0014	CONSTRUIR SALA DE CLASSIFICACAO E COMERCIALIZACAO	M2	40	T	7.000
				OP	7.000
0015	CONSTRUIR ESTACIONAMENTO CAMPUS SEDS	M2	10.000	T	717.100
				OP	717.100
1214 0872052.006	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO HOSPITAL UNIVERSITARIO EM MARINGA				
	REGIAO III				
0001	DAR CONTINUIDADE AS OBRAS DO HOSPITAL REGIONAL UNIVERSITARIO	M2	3.000	T	1.000.000
				OP	1.000.000
TOTAL					3.521.000

12 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA E DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR, CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES VINCULADAS		ANEXO DO PROGRAMA DE OBRAS		R\$ 1,00	
15 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO					
CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO	VALOR
1516 004420002.000	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR NA UNICENTRO				
0001	CONSTRUIR LABORATORIO PARA INFORMATICA - PAPIO	DE	170	T	800
0002	CONSTRUIR SALAS DE AULA - PAPIO	DE	1.304	T	67.420
0003	CONSTRUIR QUADRA POLI-DESPORTIVA COBERTA - PAPIO	DE	1.010	T	2.000
0004	CONSTRUIR QUADRA POLI-DESPORTIVA COBERTA - PECLI	DE	1.000	T	2.000
0005	CONSTRUIR CASAS PARA VISITANTES - PECLI	DE	100	T	400.000
0006	REFORMA PISTA DE ATLETISMO - PECLI	DE	1.000	T	2.000
0007	REFORMA PISCINA - PECLI	DE	200	T	800
OS CODIGOS DAS OBRAS NAO REFLETIM A PRIORIDADE DE EXECUCAO					
TOTAL				T	11.120
				OP	2.044.000

REQUERIMENTO N° 2174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, para que seja encaminhado o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, solicitando para que seja examinada a viabilidade de ser incluído no Regulamento do Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - RICMS na Subseção II, que trata do crédito no Setor Agropecuário, como forma de abatimento do ICMS a recolher, o imposto cobrado na operação de aquisição das embalagens utilizadas para condicionamento de produtos agrícolas.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A presente sugestão é fruto de um apelo formulado pelos granjeiros de Nova Esperança, Cruzeiro do Sul, Paranaity e municípios da região, dedicados à produção de ovos de granja.

É um incentivo a mais para esse tipo de atividade, face a baixa margem oferecida pelo produto.

REQUERIMENTO N° 2180

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, no sentido de que determine a liberação de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia de Santa Isabel do Ivaí, tendo em vista que a atual viatura encontra-se em estado precário de funcionamento, não possibilitando a efetivação das funções a ela pertinentes.

Requer outrossim, o envio de correspondência com o inteiro teor do presente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Eduardo Otto, bem como, ao Presidente da Câmara Municipal daquele município o Senhor Elias

Adami Júnior.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) CLEITON KIELSE

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 08/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam referendados os decretos de n°s: 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 239, 380, 411, 412, 416, 420, 489, 492, 519, 523, 526, 641, 673, 679, 681, 682, 683, 686, 687, 688, 689, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702 e 705/95, baixados pelo Senhor Governador do Estado, conforme disposto pelos arts. 15 e 16 da Lei n° 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, que criou e extinguiu secretarias e cargos de provimento em comissão na estrutura do Poder Executivo.

Art. 2° - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI N° 292/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, APMI da Guarda Mirim de Londrina.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) ANTONIO BELINATTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância, APMI da Guarda Mirim de Londrina, que ora procura-se declarar de Utilidade Pública vem demonstrando sua utilidade e bom desempenho de suas funções em benefício das mães e crianças daquela região.

Já que realiza tão nobre tarefa e com êxito, pois perdura a vários anos, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual, espero, poder contar com o apoio dos nobres Senhores Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da proposição ora apresentada.

PROJETO DE LEI N° 293/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Planaltina dos Idosos, com sede na Avenida Duque de Caxias, s/n°, na Cidade de Planaltina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Planaltina dos Idosos, fundada em outubro de 1991, está registrada no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Capanema, sob n° 1280 do Livro B-9.

A referida Associação possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento desde a sua fundação, presta desinteressadamente serviços à comunidade, não distribui dividendos ou gratificações à sua diretoria, nem qualquer remuneração a seus membros, já tendo sido declarada de utilidade pública municipal através da Lei n° 680, de 27 de novembro de 1991.

Pelo exposto e como se comprova pela documentação anexa, a Associação Planaltina dos Idosos preenche os requisitos legais para requerer e obter a sua declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N° 294/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o § 2°, do artigo 12, da Lei n° 6774, de 08 de janeiro de 1976, para passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 - § 2° - As Diretorias serão chefiadas por Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, com exceção da Diretoria de Saúde que será chefiada por

um Coronel, do Quadro de Saúde.

§ 3° - O Centro Médico, o Centro Odontológico, o Centro Farmacêutico-Bioquímico e o Centro Veterinário serão chefiados por Coronéis dos respectivos Quadros.

§ 4° - O Centro que fornecer o Diretor de Saúde, será excepcionalmente chefiado, cumulativamente pelo mesmo Oficial".

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o inciso V, do artigo 23, da Lei 6774 de 08 de janeiro de 1976, para passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 - ...

V - Órgãos de Apoio à Saúde:

a) Centro Médico (CMPM)

b) Centro Odontológico (COPM)

c) Centro de Farmácia e Bioquímica (CFBPM)

d) Centro Veterinário (CVPM)

e) Junta Médica (JMPM)

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Ressaltando-se o caráter autorizatório da iniciativa, a presente proposta legislativa possui duplo sentido, o primeiro é de integrar o Centro de Farmácia e Bioquímica da Polícia Militar como órgão de apoio de saúde, pois esta área de relevante importância, não foi mencionada no Artigo 23 inciso V da Lei 6774 de 08 de janeiro de 1976, que enumera tais órgãos.

Modernamente e diante da crescente evolução tecnológica, os profissionais da área médica, odontológica, e veterinária, para o exercício pleno de suas atividades dependem primordialmente do profissional Farmacêutico-Bioquímico. Sem ele e sem suas atividades torna-se difícil diagnosticar corretamente e oferecer tratamento específico.

Assim é que num primeiro exame, o médico, o dentista e o veterinário para afastarem dúvidas e diagnosticarem as inúmeras doenças requerem exames laboratoriais específicos e os mais variados.

É com estes resultados laboratoriais, confirmando seu diagnóstico que na verdade, iniciam o tratamento, fazendo uso de fórmulas e medicamentos criados ou formulados e distribuídos por farmacêuticos.

O segundo sentido é fazer com que os profissionais da área de Farmácia e Bioquímica, bem como os do Centro veterinário concorram também para a chefia da Diretoria de Saúde da Polícia Militar, haja vista que da forma como vigora o articulado a ser alterado, somente os médicos poderão concorrer à Chefia da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado do Paraná.

situação esta em muito injusta, desprestigiando profissionais com o mesmo grau de qualificação na defesa da vida e promoção da saúde coletiva; acarretando ainda, da forma em que vigora o articulado, na impossibilidade do Comandante Geral da PMPR hoje, escolher o seu Diretor de Saúde, continuando o mesmo a ter cargo vitalício até o dia em que passe para a Reserva Remunerada, em detrimento de outros.

Esta proposta legislativa abrirá novos horizontes ao Comandante Geral da PMPR que passará a partir de então, escolher todos os seus Diretores, fazendo vigorar o princípio de isonomia dentro da área de saúde.

A isonomia significa regras iguais para casos iguais comuns, é um dever de justiça e encontra seus fundamentos na ética e no moral passando a ser escopo deste projeto, que busca a regularização equitativa no tratamento funcional e salarial entre os diversos profissionais de saúde, pois nela não há hierarquia entre os diversos tipos de conhecimentos, que são parciais em cada área, porém complementares e essenciais entre si.

Médicos, Dentistas Farmacêuticos-Bioquímicos e Veterinários, são igualmente profissionais de nível superior e todos ingressaram no Quadro de Saúde da PMPR mediante concurso público, e fizeram o mesmo estágio inicial na Academia Policial Militar do Guatupê, portanto a igualdade no tratamento destes servidores públicos, Policiais Militares, deve ser preservada; sendo que na sua entrada na PMPR dá-se no posto inicial de 1º Tenente, a sua saída como Coronel é a solução lógica, legal, justa, moral e isonômica, pois o tratamento discriminado para quem legalmente está em igualdade de condição perante a Admi-

nistração Pública constitui além de um erro administrativo um desrespeito ao Princípio Constitucional da Isonomia.

O Princípio Isonômico é aplicado em muitos Estados da Federação (ex.: São Paulo) e também nas Forças Armadas.

Nestas condições solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao Projeto de Lei, que ora apresentamos, por se tratar de medida justa e meritória.

PROJETO DE LEI N° 295/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o artigo 1º da Lei n° 7047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná), alterada pelas Leis n° 9507, de 28 de dezembro de 1990 e n° 10956 de 15 de dezembro de 1994, para passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - O Efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná é fixado em 20.087 (vinte mil e oitenta e sete) policiais militares".

Art. 2º - O Anexo I, integrante da Lei n° 7047, de 21 de novembro de 1978, com a alteração introduzida pelas Leis n° 9507 de 28 de dezembro de 1990 e n° 10956 de 15 de dezembro de 1994, passa a vigorar na forma do Anexo I, integrante desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95
(a) NELSON JUSTUS

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - "ANEXO I"

POSTOS							
QUADROS	CEL	TC	MAJ	CAP	1º T	2º T	SOMA
QOPM	12	37	61	178	193	230	711
QOBM	2	9	17	35	40	50	153
QOPM FEM	-	-	-	1	4	7	12
QS MÉDICOS	1	5	6	6	16	-	34
QS DENTISTAS	1	2	7	8	14	-	32
QS VETERINÁRIOS	1	1	1	1	2	-	6
QS BIOQUÍMICOS	1	2	1	1	3	-	8
QCPM	-	-	-	1	1	-	2
QOE MÚSICOS	-	-	-	-	1	1	2
QOE COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	1	2	3
QOA	-	-	-	13	25	74	112
QOF EXTINÇÃO	-	1	-	-	-	-	1
TOTAL	18	57	93	244	300	364	1076

JUSTIFICATIVA:

Ressaltando-se o caráter autorizatório da iniciativa, a presente Proposição, possui o objetivo de aumentar o contingente efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, criando uma vaga para o posto de Coronel Farmacêutico-Bioquímico, uma de Major Veterinário, uma vaga de Tenente Coronel Veterinário e uma vaga de Coronel Veterinário no Quadro de Saúde da Instituição.

A iniciativa vem contemplar, e suprir a necessidade de adequação isonômica aos profissionais do Quadro de Saúde da Polícia Militar do Estado do Paraná, pois todos possuem atividades iguais, ou semelhantes, com o mesmo fim, a promoção de saúde.

Nestas condições, pedimos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que ora apresentamos por se tratar de medida justa e necessária.

PROJETO DE LEI N° 296/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual, o Centro de Promoção Humana do Município de Santa Fé, com sede e foro no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95
(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Promoção Humana de Santa Fé, entidade filantrópica, sem finalidade lucrativa, com sede à Rodovia PR-458, Município de Santa Fé, tem por finalidade o desenvolvimento de iniciativa de promoção humana, formando pessoas empenhadas na busca de soluções para os problemas com que se defrontam indivíduos e famílias carentes, tanto na zona urbana como na rural, desenvolvendo programas específicos.

Este Centro vem desenvolvendo excelente trabalho na sustentação da Guarda Mirim do Município, formando e preparando o menor de rua para a integração social.

Frente ao exposto entendo merecedores da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 297/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Manoel Ribas, com sede e foro no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Manoel Ribas é uma Instituição Filantrópica que mantém a Escola Rotariana de Excepcionais "Criança Feliz", que fornece atendimento a 34 alunos portadores de deficiência mental.

Entendo desnecessário fazer grandes justificativas em relação às APAE'S, pois em anexo segue relatório detalhado de suas atividades, bem como cada Deputado conhece bem o trabalho da APAE de sua cidade.

Frente ao exposto, solicito a aprovação da Utilidade Pública da APAE da Cidade de Manoel Ribas.

PROJETO DE LEI N° 298/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - ANAPAC, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Nacional de Amigos da Pastoral da Criança é uma entidade sem fins lucrativos, que desde 1983 vem promovendo a sobrevivência e desenvolvimento integral da criança através de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, prestadas a nível domiciliar e comunitário sobretudo em comunidades necessitadas e bolsões de miséria.

Promove também a formação cristã, humana e profissional de líderes comunitárias, principalmente das mulheres de áreas mais pobres, com o objetivo de apoiá-las na responsabilidade com a família e a comunidade.

Visa também a proteção dos direitos da criança e do adolescente em relação à família, à sociedade e aos organismos governamentais e não governamentais mediante maior conscientização e participação das lideranças das comunidades mais necessitadas.

É por essas razões que solicitamos aos nobres Deputados desta Casa a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 299/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Oficina de Convivência e Educação pelo Trabalho - OCET.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.95

(a) EDGARD BUENO

JUSTIFICATIVA:

A OCET - Oficina de Convivência e Educação pelo Trabalho, é uma entidade sem fins lucrativos que vem acolhendo e amparando um grande número de crianças e adolescentes que vagam pelas ruas de Anahy.

Com a ajuda da Prefeitura Municipal e do PROVOAN - Programa Voluntariado Anaiense, a OCET fornece alimentação completa aos menores abandonados, bem como educação, materiais escolares, uniformes escolares e ensino profissionalizante.

Pela nobreza e relevância do trabalho que a OCET vem realizando no Município de Anahy, merece a entidade ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz à tribuna nesta manhã de quinta-feira, mais uma vez nesta Casa são alguns assuntos a serem destacados.

O primeiro é que, uma vez mais cumprindo aquele compromisso nosso de campanha, aquele compromisso da transparência como político, estamos prestando contas referente ao que fizemos, recebemos e onde aplicamos no mês que terminou agora, julho, a prestação de contas do nosso salário, referente ao mês de julho, prestação de contas esta que vai ficar arquivada aqui na Casa como um compromisso nosso assumido ainda em campanha e que estamos cumprindo neste mês de julho com a prestação de contas agora no dia de hoje.

Também, o que nos traz à Tribuna no dia de hoje e que será discutido amplamente por nós, Deputados de Ponta Grossa, e para nossa satisfação está presente aqui hoje o Diretor-Presidente da IMPAR, uma gigante empresa metalúrgica de Ponta Grossa que está parada há alguns anos e o seu Diretor está aqui, juntamente com o Dr. Justus, advogado desta empresa, para hoje nós irmos ao Governador do Estado para reivindicar a ele apoio na reabertura dessa empresa. Falta muito pouco, basta apenas a boa vontade de S.Exa. o Governador do Estado para que essa volte a operar em Ponta Grossa e possamos arrumar mais empregos para o nosso povo, porque ainda hoje o Jornal da Manhã de Ponta Grossa abre

manchete dizendo que a cada dia, a cada instante um trabalhador é demitido em nossa cidade sem emprego e sem condições nenhuma de sobrevivência.

Então, queremos que as empresas que lá estão sejam valorizadas e possam com incentivo do Governo voltarem a funcionar e oferecerem o tão esperado emprego que é o que a nossa população quer. Para isto, Deputado Zuk, o Deputado Jocelito, o Deputado Plauto, daqui a pouco, tão logo o Governador volte da sua viagem a Foz do Iguaçu, nós estaremos exigindo do Governador, a palavra é esta, exigindo a reabertura daquela fábrica que depende muito pouco do Governo do Estado. E quando falta muito pouco é hora do Governo se desjabutizar, a palavra é desjabutizar, deixar de ser jabuti e fazer a coisa andar. Este é o principal pensamento nosso.

Outro assunto que gostaria de frisar hoje, Srs. Deputados, estou recebendo aqui uma cópia de um pronunciamento e uma denúncia que fiz aqui, referente o Hospital Evangélico aqui de Curitiba e o Hospital deixou de atender, Deputado Luiz Carlos Zuk, deixou de atender uma cidadã de Ponta Grossa, e essa pessoa morreu. E recebo um documento daqui dizendo que o hospital não deixou de atender porque ninguém contactou com o hospital e que não havia vaga. Isso é uma grande mentira das mais profundas feitas por esse hospital.

Gostaria aqui de pedir ao Presidente da Comissão de Saúde desta Casa que nós imediatamente reivindicuemos em nome de todos os Srs. Deputados e em nome do povo mais simples desse Paraná o respeito às pessoas que vêm do interior, porque essa pessoa morreu aqui, não atenderam, mandaram de volta para Ponta Grossa e agora o hospital diz aqui num documento que me manda, diz o documento de que o hospital quando não tem vaga não atende. Então, isso para mim é falta de saúde no Paraná. Tanto se fala saúde nesse Estado, se fala que a saúde é modelo; mas quando vem uma pessoa de Ponta Grossa essa pessoa morre por falta de atendimento. E não podemos admitir que um Estado onde a saúde diz que está perfeita, chega cedo uma correspondência do hospital dizendo que quando pode atende, e quando não pode não atende.

Senhor Presidente, queremos que o Secretário de Saúde do Paraná, a qual nós ainda acreditamos, ainda, que ele tome uma providência para que esse hospital Evangélico, o único hospital que recebe queimados, e principalmente de terceiro grau, tenha recursos para não deixar morrer mais famílias de todo o Paraná, e principalmente de Ponta Grossa.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Escuto suas palavras com muita preocupação. Na sua primeira colocação coloca a questão da indústria IMPAR que está em nosso Município de Ponta Grossa, que passou por um processo de ampliação, daonde captou recursos do ex-BADEP, banco que financia aquela empresa e depois esse banco veio fechar, não cumprindo tudo aquilo que tinha sido combinado, e essa empresa veio a passar por um processo difícil, fechando suas portas. Perde Ponta Grossa, perde Ponta Grossa que deixa de gerar um grande número de empregos aos ponta-grossenses; perde o Município de Ponta Grossa e o estado do Paraná que deixa de arrecadar ICMS para que aqui dentro do nosso Estado seja reinvestido em benefício do povo paranaense.

Esperamos que o Governador Jaime Lerner tenha sensibilidade para que veja que essa é uma indústria que já está implantada no programa de viabilização de novos empregos dentro do Estado do Paraná. Essa garanto que é a empresa mais fácil que tem se viabilizar porque está tudo preparado, está tudo encaminhado; e o Governador Jaime Lerner, junto com sua assessoria, junto com seus secretários, precisa dizer o sim, viabilizando novamente a abertura das portas dessa indústria que vai gerar riquezas para o nosso Estado do Paraná.

E na questão da saúde tenho acompanhado o trabalho do Secretário de Estado e vejo que em certas partes, em certos pontos, ele está muito mais preocupado em preparar uma eleição eleitoral para si. Sei que dentro da nossa própria região dos Campos Gerais, dentro do nosso Município, do qual tive uma votação expressiva, Telêmaco Borba, esse Secretário está tentando trazer para o seu lado todos aqueles que participaram de uma eleição eleitoral do meu lado, e sim trazendo para o seu lado para poder viabilizar a sua candidatura. O que ele está lá, como Secretário, não é para fazer campanha eleitoral, e sim para atender e desenvolver uma função de interesse do povo paranaense. Este é um puxão de orelha para esse Secretário que pare de fazer política e trabalhe pelo povo paranaense.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado pelo aparte Deputado Plauto Miró.

Suas palavras realmente são palavras que precisam ser divulgadas até pela nossa imprensa.

Deputado Plauto, Deputado Zuk, ainda sobre a IMPAR, depois volto na saúde, ainda sobre a IMPAR, o que precisamos é que o Governador apenas assine a liberação de um convênio com o BANESTADO que está aí, depende apenas de uma única assinatura do governador, para que dentro de 30 dias te-

nhamos uma empresa em Ponta Grossa que vai ter emprego para 2.500 pessoas e V.Exa., Deputado Péricles, é um dos que sempre está atrás de emprego também, principalmente para os metalúrgicos ligados ao Sindicato que o PT tem uma grande ligação.

Então gostaria que o companheiro se associasse nessa briga conosco, pois essa briga não é uma briga de um partido, é uma briga de uma cidade, de um Estado, porque além de gerar emprego para Ponta Grossa, nós vamos gerar ICMS e essa empresa não pediu isenção de impostos para o Governo do Estado, como a própria Kaiser que ganhou, ela apenas está pedindo ao Governo que ajude naquela assinatura que falta para que essa empresa possa voltar a funcionar em 30 dias.

Concedo aparte do Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Na verdade estamos junto com o Senhor nessa luta, inclusive na audiência que tivemos com o Governo do Estado, junto com o Deputado Luiz Carlos Zuk Deputado Plauto Miró Guimarães, o Prefeito de Ponta Grossa e o Presidente da Associação Comercial, essa foi uma das principais solicitações que nossa cidade fez ao Governo do Estado e houve o compromisso de Governo Jaime Lerner de fazer todo o possível para resolver esse impasse com relação a IMPAR.

Nós nos associamos com o seu pronunciamento, continuamos junto com o Senhor cobrando do Governo do Estado, porque é muito importante. Sabemos da situação dramática que vive nossa cidade, o alto índice de desemprego em Ponta Grossa e a IMPAR vai gerar mais de 2.000 empregos, o que é um grande avanço, a uma grande conquista para uma cidade, está lá feita a indústria e falta apenas a assinatura do Governador. Acho que o senhor tem toda razão dessa cobrança e nós nos somamos a ela.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Para finalizar, Sr.

Presidente, Srs. Deputados gostaria de voltar a saúde e principalmente sobre esse caso do Hospital Evangélico, que o Governo do Estado, meu nobre líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que nos pede os votos e nós votamos, agora vou lhe pedir que o senhor diga ao Governo do Estado, como líder nosso, de que o Hospital Evangélico de Curitiba tem que receber todas as pessoas queimadas, donde quer que venham, com convênio ou sem convênio.

Acho que o Secretário do Estado da Saúde tem o compromisso, como Secretário de Estado, de fazer com que esse hospital tenha capacidade de atender essas pessoas. Nós não podemos admitir de que lá, pessoas do interior que venham para cá, morram por

falta de atendimento, ou morram às vezes porque o hospital não tem capacidade.

Afinal não é todo dia que tem 15/20 pessoas que estão internadas com queimaduras de terceiro grau, acho que não é todo dia, o Paraná inteiro não é 30/40 pessoas por dia não, acho que não seja isso não. Então nós gostaríamos que o Governo do Estado e principalmente a Secretaria de Saúde, amparasse esse hospital para que esse hospital não venha depois deixar de atender pessoas como a Sirlene de Fátima Hass, uma moça lá de Ponta Grossa que acabou morrendo por falta de atendimento, quando foi atendida já tinha morrido, faltava só enterrar.

Então essa é que é a grande verdade.

Então ou respeitamos a saúde ou paramos de conversar fiado. Que a saúde vai bem. Vai bem nada. Quando morre alguém nessa situação não vai bem. Não adianta o camarada vir aqui dizer que está fazendo. Está fazendo mas tem gente morrendo. Está morrendo por quê?

Por falta de recursos. E nós queremos recursos e chega de blá, blá, blá. Que o Secretário de Saúde faça alguma coisa. E eu aqui, mais uma vez ao finalizar minhas palavras solicito que este hospital, se falta atendimento, se falta equipamento, se falta uma ala especial ser aumentada, que o Governo do Estado faça isso, porque não é só para Curitiba é para o Paraná inteiro.

E quanto a IMPAR espero que o Governador do Estado assine este documento e nós botamos para funcionar essa gigante empresa.

Há 15 dias atrás o dinheiro da Santa Casa era para estar em Ponta Grossa, era para estar lá o dinheiro e aonde é que está o dinheiro? Não está no bolso do Péricles, nem no bolso do Plauto, nem do Zuk nem do Jocelito, está aonde, está parado aonde, na burocracia de quem? Na frescura de quem desse governo? Eu ando de saco cheio com isso, de se prometer e não se cumprir.

E fica aqui o meu desafio, ou se faz as coisas, se compromete e se faz ou largo mão de apoiar esse Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando a nova frase que o Deputado Jocelito propõe ao Paraná de desjabutizar para que as coisas comecem a andar. Quero nesse momento dizer que entendo que a nível de Governo Federal, a nível de Banco do Brasil, Ministério da Agricultura

dirigido pelo paranaense José Eduardo. Entendo que lá as coisas já estão desjabutizando.

No dia de ontem tivemos a oportunidade de encaminhar inicialmente aos integrantes do Bloco Parlamentar Agropecuário, informações que foram obtidas através da nossa assessoria junto a Superintendência do Banco do Brasil aqui em Curitiba, a respeito da liberação de créditos de recursos portanto a Agropecuária Paranaense. Todos nós aqui nesta Casa de Leis, desde que se iniciou a presente Legislatura no mês de fevereiro, temos ocupado a Tribuna, temos ocupado os espaços que a imprensa nos oferece para tecer considerações a respeito da problemática vivida pelo setor Agropecuário Paranaense Brasileiro.

O Bloco Agropecuário por nós presidido, a Comissão da Agricultura presidida pelo eminente Deputado Augustinho Zucchi, os integrantes desta Comissão desse Bloco, por mais uma vez estiveram reunidos seja no Ministério da Agricultura com o Ministro José Eduardo, seja na Secretaria da Agricultura com o Secretário Hermas Brandão, seja em Brasília seja na Confederação Nacional da Agricultura em reunião da qual participaram mais de oitenta parlamentares Federais, seja nas reuniões que realizamos nas dependências desse Poder na OCEPAR, na FAEP, na FETAEP em todos os momentos, desde o início desse ano, nós estamos alertando para a gravidade do problema vivido pelo setor agropecuário nacional, principalmente pelo Estado do Paraná responsável por 25% pelo menos da produção de grãos desse País, que foi deveras prejudicada com a situação vivenciada neste setor neste ano de 1995.

Evidentemente que a crise hoje vivida pelo setor Agropecuário não é resultado apenas daquilo que aconteceu neste ano de 95, mas principalmente pelas medidas que não foram adotadas em anos anteriores ou por medidas que foram negociadas que se transformaram em leis, mas que não foram cumpridas pelo Governo Federal.

Temos procurado no dia a dia, fazer com que os reclamos do setor produtivo do Paraná chegue às autoridades constituídas, chegue ao conhecimento das autoridades Estaduais e Federais para que possamos todos juntos encontrar uma saída. E uma das preocupações maiores sempre foi com referência a liberação de recursos para a Agricultura.

O Governo Federal tem anunciado esses recursos mas na maioria das vezes se procura nas agências bancárias e infelizmente os recursos lá não se encontram. Mas nessa semana como disse, em contato com a Superintendência do Banco do Brasil, nós fomos informados que para o custeio do trigo, aveia e cevada foi liberado um total de

R\$ 60.700.000,00 (sessenta milhões e setecentos mil reais).

Para o custeio da safra de verão tivemos a liberação de R\$ 93.700.000,00. Para o custeio pecuário tivemos a liberação de R\$ 7.800.000,00. Para GF e AGF tivemos a liberação de R\$ 110.100.000,00. perfazendo neste período de 12 de julho a 4 de agosto, um total de R\$ 272.300.000,00 o que, evidentemente não atende às necessidades do Estado do Paraná, mas que é um início de liberação de recursos e, como diz o Deputado Jocelito Canto, é a "desjabetização" do crédito agrícola neste país, porque ele começa a andar e espero realmente que de uma forma bem mais rápida, como anda o jaboti como todos nós conhecemos.

Quero também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em que faço este relato aos Senhores Deputados a respeito da liberação desses recursos para a agricultura, dizer que temos expectativa de que o esforço do Bloco Agropecuario, o esforço da Comissão de Agricultura, do Secretário Hermas Brandão, do Governador Jaime Lerner, do nosso Ministro da Agricultura José Eduardo, possam realmente, somado ao esforço de todas as lideranças constituídas deste país, seja dos parlamentos estaduais e federais, seja da sociedade civil organizada, possam esses esforços, realmente traduzir-se em resultados em favor do setor produtivo, porque todos nós sabemos que se o Plano Real até hoje deu certo, a parcela maior desse resultado positivo, deve ser creditada ao setor agropecuario, porque todos sabemos, que o que pesa de forma decisiva na inflação é o custo da cesta básica e a cesta básica neste período teve um decréscimo no seu preço em função também do decréscimo que houve nos preços dos produtos agrícolas, onde se constata que com o incremento de mais de 7 milhões de toneladas colhidas nesta safra 94/95, a agricultura amarga um prejuízo, em termos de renda, em termos de faturamento, apesar do incremento na produção, amarga um prejuízo superior a 5 bilhões de Reais demonstrando claramente que a produção foi grande, mas o preço foi pequeno e por isso a perda ocorreu e o prejuízo também ocorreu.

Esperamos realmente que o governo adote medidas ou que cumpra aquelas que foram anunciadas através de resoluções do Banco Central, no que diz respeito ao financiamento ao mini produtor que hoje também, pelo que nos trazem os jornais, tem permitido que através de negociação do governo e já manifestado pelo Banco Central, a perspectiva de renegociar as suas dívidas em até 50%, podendo estes 50% serem renegociados num prazo de até 3 anos, o que era permitido até então aos mini produtores que haviam negociado com o governo fe-

deral.

Portanto minha gente, vamos esperar que o governo adote e cumpra essas medidas, de juros de 16% fixos, de equivalência para aqueles que financiaram até R\$ 30.000,00, que cumpra os compromissos assumidos com recursos para comercialização da safra, porque não adianta nada termos dinheiro para plantar, não adianta nada nós termos condições para desenvolver a nossa lavoura, se na hora da colheita faltar recursos para comercialização, vai acontecer de novo, o que aconteceu este ano: não tendo dinheiro para comercialização, os preços são puxados para baixo, porque aí, a lei do mercado, muitas vezes, salva e muitas vezes explora, faz com que os preços venham para patamares muito baixos inviabilizando o setor produtivo.

Peço ainda ao Senhor Presidente, permissão para que neste dia 10 de agosto, possa estender meus cumprimentos à nossa Polícia Militar do Paraná que no dia de hoje comemora solenemente, neste momento inclusive, 141 anos de existência em nosso Estado.

A Polícia Militar que tantos e relevantes serviços tem prestado à sociedade paranaense e brasileira, merece, neste dia, a nossa consideração e o nosso respeito. E esperamos e temos convicção até mesmo pelas palavras - hoje - ditas pelo Secretário Cândido Martins de Oliveira na Rede Bandeirantes de televisão de que possamos, também, para a Polícia Militar encontrar os caminhos para melhorar as condições de trabalho, as condições de salário dessa corporação centenária no Estado do Paraná e que tantos serviços tem prestado à Nação e ao Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para registrar com alegria a visita, nesta Casa, do eterno Ministro da Saúde Dr. Borges da Silveira. É um privilégio para esta Casa a presença honrosa do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na condição de Presidente da CPI da Prostituição Infantil no Estado do Paraná, venho para prestar alguns esclarecimentos e contas, também, do andamento da nossa CPI.

A partir das denúncias do Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, começamos a ouvir e receber as pessoas, receber denúncias e encaminhando - tentando ouvir e localizar os indivíduos. Das CPIs instaladas na Casa - foi a última - e, se tudo

der certo, o ritmo que está andando deverá ser a primeira a encerrar. E, diga-se de passagem, esta CPI envolve uma questão social importante, um drama social e a pesquisa que ela faz, o inquérito que ela busca, o levantamento de dados é de extrema dificuldade. Porque não são dados técnicos constados aqui e ali em alguns livros. Mas sim, são levantamentos sociais que buscamos.

Muitas vezes a CPI se depara com alguns dilemas, por exemplo: alguns depoentes dizem que existe documentação falsa e quem falsifica é um tal de Beto, ou Joãozinho, então só tem o nome, o apelido e, às vezes, como se sabe no meio deste setor acontece muita camuflagem de nomes ou, ainda, apelidos. As pessoas não se revelam. Mas o último fato interessante que a CPI buscou e conseguiu foi ontem à noite. Nós encerramos ouvindo um casal - a partir das 17 horas de ontem até as 18:30 - como os depoimentos foram estarrecedores e colocava dados significativos e completos sobre o processo de agenciamento e da prostituição de crianças. Imediatamente contatamos: Eu, Deputado Durval Amaral e o Deputado Sérgio Spada, contatamos com o Secretário de Segurança que designou uma equipe especial, sob nossa orientação, e passamos a algumas buscas de documentos em um bar aqui de Curitiba. E quando lá chegamos, Senhores, não flagramos nenhum menor. No entanto, vistoriando os livros - digamos, de contabilidade do bar, constatou-se que a depoente tinha razão em todos os fatos arrolados.

E um dos livros aparecem as menores com nomes falsificados de Camila, Jéssica e Rosane, da cidade de Francisco Beltrão, que foram trazidas para Curitiba em janeiro e estavam constadas nos livros que lá se encontravam.

Surpresa ainda maior, Senhores, quando fizemos a indagação espontânea naquele momento, identificou-se que após a instalação da CPI as menores saíram desses bares, dessas boates, dessas casas de luxo, dos Book's dos hotéis, tendo diminuído, inclusive, segundo informações, 70% do movimento em alguns motéis e boates que fazem este tipo de trabalho.

E o registro ainda de que os vários depoimentos colocados que existem menores com idade falsificada, com documentos falsos, a idade adulterada. Surpresa maior, Senhores Deputados, quando fomos à casa de uma das pessoas que se propôs a buscar seus documentos em sua residência, apresentou uma pasta aonde continha esse documento muito importante para a gente perseguir um caminho novo, que é um documento que mostra um registro civil em branco. E na casa encontravam-se vários e vários registros, certidões de óbito; que

porventura podem ser usados para adulterar idade ou até nome das pessoas. Todos os nomes constados sempre aparecem com apelidos ou como é conhecido na noite. A agenciadora, que nós já identificamos local, endereço, nome completo, conhecido como Odete, aqui em Curitiba conhecido como Sandra, mas o seu nome verdadeiro é Maria Claudete Meurer. Então esta foi a identificação, além de outros tantos nomes que nós conseguimos identificar de agenciadores. Não conseguimos, evidentemente, colocar o flagrante com a polícia, mas estamos à busca disto e agora passaremos em seguida a investigar a origem desses documentos que poderão ter sido adulterados, servem como base para adulteração de tantos outros e eles conseguem com o registro, digamos frio, registrar e ter cédula de identidade com a idade adulterada e trabalhar livremente nos bares e motéis da cidade.

Queremos aqui registrar a colaboração ainda do Serviço de Informação da PM da capital e também dos delegados especiais que nos acompanharam nessa operação, especialmente Dr. Aprígio e Dr. Nilton, que estiveram colaborando com a CPI. Nessa diligência nos acompanhou o Deputado Durval Amaral e assessores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Era isto que tínhamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente que também foi declinado pelo ilustre Deputado Reny Borsatto, que estava inscrito.

Passamos ao Horário das Lideranças: PSDB, PP e PTB. (Declinaram).

PDT com a palavra. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Estado do Paraná tem sido visto com bons olhos pela política federal e também pelo Presidente da República. Ontem tivemos aqui a presença do Ministro José Serra que veio ao Palácio Iguaçu firmar uma série de convênios, trazer recursos para o Estado do Paraná para alguns avanços principalmente na área da habitação, na área social, de forma de que ontem nós tivemos no Palácio Iguaçu um dia bastante agitado. Já pela manhã o Governador Jaime Lerner e o Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE Nacional, Guilherme Afif Domingos, fizeram a cerimônia de assinatura cerimônia de assinatura do convênio entre o SEBRAE, Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa, e o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, seção Paraná, e um repasse na ordem de um milhão e

Curitiba, quinta, em 10.08.95

meio de reais. Esses recursos correspondem a primeira parcela de investimentos do SEBRAE Nacional previstos para este ano. E nesta forma o Paraná dá um avanço, sai na frente em relação aos demais Estados na criação desse instituto, o instituto brasileiro da qualidade e produtividade, que tem também o apoio do Governo Japonês que faz também investimentos nesta área. Depois a tarde o Governador e o Ministro do Planejamento, José Serra, assinaram no Palácio Iguazu três convênios de repasse de recursos Federais ao Paraná com aplicação nas áreas de habitação, saneamento básico e desenvolvimento urbano. Ao todo o Governo Federal repassou 129 milhões ao Estado. Desse total quarenta e oito milhões e meio serão destinados ao programa pré-moradia, quarenta e cinco milhões e duzentos mil para o pró-saneamento, vinte e nove mil e quatrocentos a carta de crédito, um programa de financiamento individual para reforma e ampliação de imóveis. Serão destinados ainda nove milhões e oitocentos mil a fundo perdido para o setor da defesa civil.

Então, foram investimentos importantes ontem trazidos ao Estado do Paraná. Ao mesmo tempo ainda ontem essa assinatura de convênios, tivemos algumas assinaturas de convênios com alguns Municípios do Estado do Paraná, como por exemplo com o Prefeito Municipal de Paranaguá. (Lê):

CARLOS ANTÔNIO TORTATO
Prefeito Municipal de Paranaguá

DELVINO LONGHI
Prefeito Municipal de Pato Branco

JOÃO BATISTA COSTA
Prefeito Municipal de Pinhais

PAULO CUNHA NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Ponta Grossa

LEONARDO CASADO
Prefeito Municipal de Rolândia

EDUARDO OTTO
Prefeito Municipal de Santa Izabel do Ivaí

DOBRANDINO G. DA SILVA
Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu

ARMANDO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal de Mamborê

ADEMIR A. OSMAR BIER
Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon

ONÉSIMO APARECIDO BASSAN
Prefeito Municipal de Marialva

JOSE ANTÔNIO PIOVAN
Prefeito Municipal de Paçandu

WALTER APARECIDO PEGORER
Prefeito Municipal de Apucarana

RUBENS BUENO
Prefeito Municipal de Campo Mourão

FIDELCINO TOLENTINO
Prefeito Municipal de Cascavel

RIVADÁVIA MENARIM
Prefeito Municipal de Castro

JORGE MOREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Cianorte

EDSON STRAPASSON
Prefeito Municipal de Colombo

MILTON APARECIDO MARTINI
Prefeito Municipal de Sarandi

ANTÔNIO ROMERO FILHO
Prefeito Municipal de Umuarama

Esses Prefeitos num total de 35 assinaram convênio com o Governo do Estado no programa que visa a melhoria das condições de vida da população de baixa renda, a geração de empregos e o início da recuperação tarifária do setor de saneamento por meio do desenvolvimento institucional das entidades prestadoras de serviço, o Pre-serge, na ordem aí de cinquenta e dois milhões setecentos e noventa e oito mil reais.

Ainda ontem também uma velha reivindicação da população de Paranaguá, e não só da população local de Paranaguá, mas daqueles todos que passam por Curitiba, vêm do interior do Estado e vão levar as economias, a produção do Estado do Paraná via Porto de Paranaguá, a precariedade da Rodovia quando chega no perímetro urbano de Paranaguá. E ainda ontem com a presença do Prefeito Carlos Tortato, lideranças políticas de Paranaguá, com a Superintendência do Porto de Paranguá, presença do Ministro dos Transportes, Deni Schwartz, assinamos já em seguida com o Município de Paranaguá a autorização para início das obras, para complementação das obras de melhoria do acesso à Cidade de Paranaguá e ao Porto de Paranaguá.

Uma obra orçada em um milhão e cem mil reais. Obra que vai ser concluída, iniciada no Governo passado não concluída, paralisada há quase um ano, e que agora vai ser concluída já com esse convênio assinado no dia de ontem no Palácio Iguazu.

Queria dizer ao Deputado Jocelito Canto, que conhecemos o Hospital Evangélico, é um dos mais completos hospitais do

Paraná, passa por dificuldades a exemplo de todos os hospitais brasileiros, ainda em relação a política da saúde desse País aí está o Ministro Jatene lutando para criar o imposto para salvar a saúde desse País. O Hospital Evangélico a exemplo do Cajuru têm convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba e tem convênio também com o Governo do Estado e não pode jogar a culpa em cima do Governo, do Secretário Estadual da Saúde num caso isolado que ocorreu vitimando uma jovem, a quem lamentamos, da cidade de Ponta Grossa.

O Hospital Evangélico é talvez um dos únicos do País que tem uma ala de queimados. Tem a pediatria da ala de queimados que nós conhecemos, que fazemos visitas constantemente que nós ajudamos o pessoal que trabalha no Hospital Evangélico em campanhas para ajuda da ala de queimados do Hospital Evangélico.

Então não se pode, entendo perfeitamente o que falou aqui mais alto a sua emoção, o seu coração, do que propriamente a sua razão. Entendemos, acolhemos a sua denúncia, a sua reclamação, o seu apelo em nome da cidade de Ponta Grossa, mas a verdade é que não se pode jogar em cima do Governo do Estado, que tem feito uma política de saúde que está dando atendimento a todos os municípios, em que pese toda precariedade que passa o Estado do Paraná, especialmente os Estados do Sul do País, o País passa no momento esta crise com a recessão.

Concedo aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Agradeço, Deputado Algaci Túlio, o Senhor, na função de Líder do Governo, com muita propriedade vai a tribuna e relata atos do nosso Governador.

Agora eu queria, até para alertar os Srs. Deputados e talvez até V.Exa., que a presença do Ministro José Serra ao Paraná ontem, de forma prática ele não trouxe rigorosamente nada ao Paraná, o que talvez ele quis vir fazer aqui, foi dar um pequeno calo boca no momento em que todos nós paranaenses especialmente o Governador Lerner, aliás ele com postura já, não é bem o estilo dele da postura mais aguerrida, mas já está denunciando o que se pretende fazer com o Paraná com a suspensão da cobrança do ICMS para os produtos agrícolas para exportação e da agroindústria isso vai tirar do Paraná cerca de quatrocentos milhões de reais por ano de receita tributária, além do que ele de certa forma eles nem aceitam discutir a questão do pleito paranaense para que a energia elétrica e também é claro a questão dos combustíveis de outros Estados produtores seja tributado na sua origem.

Esta questão que é a principal, são

660 milhões de reais que poderiam mudar de fato o perfil da receita, da economia até do nosso Estado, sobre esta conversa o Ministro Serra, é uma conversa evasiva, vamos criar um fundo compensatório e prorrogar essa coisa toda e os outros dois recursos, Deputado Algaci Túlio, que ele trouxe, um que é o recurso do FGTS é a Constituição da República que assegura ao Paraná 6,1% dos recursos do FGTS. Ele veio aqui, fez um carnaval, mas é dinheiro paranaense, recursos do FGTS que é definido pelo Conselho Curador do FGTS e a questão do PROSERG, talvez o Senhor não saiba, mas eu informo e os Senhores Deputados com certeza sabem, na verdade é o seguinte, com a extinção do Ministério da Ação Social, esse Governo é um Governo trabalhão, faz sete meses as empreiteiras que já realizaram as obras dos municípios nesses que o Senhor relatou estão sem poder receber as faturas das obras que estão concluídas ou seja, o Ministro veio fazer um carnaval para dar dinheiro para obras que já deviam ter sido pagas no final do ano passado e de obras que já foram executadas.

Agora creio é claro que o Governador Lerner está na sua função, recebe o Ministro de Estado, faz a festa que ele merece, mas seguramente, nós paranaenses suprapartidariamente, o que nós temos que fazer é impedir que o Paraná seja mais uma vez espoliado com essa receita amarga que o está impondo a todos nós, mas fundamentalmente ao Estado Brasileiro.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte, mas quero dizer que não houve nenhum carnaval por parte do Ministro, até por sinal ele foi muito sereno, ele foi muito ético, e o Governador não deixou de cobrar diante do Ministro a questão do ICMS de energia que é uma bandeira levantada pelo Governador Jaime Lerner e que talvez os Governos passados não tivessem a competência de levantar essa bandeira. Já durante a campanha o Governador manifestava a sua revolta com esta situação toda, dos recursos que são retirados da energia do Estado do Paraná que é o maior Estado produtor de energia, e isto passou na Constituinte, lamentavelmente, os nossos Deputados Federais, nossos Senadores não tiveram a competência de brigar pelo Estado do Paraná.

Faz agora o Governador Jaime Lerner, levanta essa bandeira, impunha essa bandeira e tem o apoio do seu partido, do PMDB, tenho visto e faço aqui esse registro, tenho visto o Senador Roberto Requião, defendendo essa bandeira, tenho visto outros paranaenses, o momento é este é de todos nós levantarmos essa bandeira.

Agora a vinda do Ministro, pior seria se ele não tivesse vindo, se não tivesse

Curitiba, quinta, em 10.08.95

trazido, não tivesse vindo assinar os convênios com os Governos do Estado. Acho que o fato político, a questão política aí, se o Ministro do PSDB, ou não é do PSDB, se é do PMDB, pouco importa, o que importa é que o Governo Federal sente no Governo do Estado a credibilidade, o respeito e a certeza de que o dinheiro que vem para cá é um dinheiro bem aplicado, redistribuído aos Municípios imediatamente e a cobrança é feita junto aos Senhores Prefeitos. Acho, Deputado Romanelli, estamos todos empenhados, o Paraná, esta Assembléia, tenho dito não pode se curvar diante desta luta, todos nós temos que impunhar a bandeira do ICMS da energia. Não é possível mais aceitar que o Paraná perca, uma quantia tão grande que poderia transformar o Estado do Paraná num dos mais ricos Estados desse País, mas isso não acontece porque nós continuamos perdendo impostos, perdendo dividendos para outros Estados.

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado Algaci, acho que a saúde do Paraná em alguns setores está bem, mas alguns setores não estão bem, isso seria uma incoerência nossa dos Deputados, não se manifestar por questão de ser ligado ao Governo, quando algo de errado está acontecendo. E o fato de o Hospital Evangélico ser um hospital particular, filantrópico, o fato é que precisamos ajudá-lo. Se ele está com dificuldades acho que o Governo do Estado tem que dar uma força, porque no Paraná só existe um lugar onde vão os queimados, é lá.

E gostaria de saber como é que o senhor se sentiria se alguém ligasse para o seu programa de rádio que o senhor tem igual a mim, e dissesse ao senhor - o que é que o Senhor está fazendo lá Deputado, que morre uma pessoa na porta do hospital e não é atendido, o que é que o senhor tem feito como Deputado pelo Estado do Paraná que apoiou o Governo do Lerner? Se lhe fizesse essa pergunta. Essa pergunta foi feita a mim, na boca e o que é que eu tenho que dizer para a população, que nós vamos levar adiante para que outros fatos não venham a acontecer e que amanhã depois, Deputado Algaci Túlio, alguém ligue para o seu programa de rádio e faça a mesma pergunta.

Então acho que está na hora de nós os Deputados nos posicionarmos para que o único local onde se atende queimaduras do Paraná, tenha uma melhora, para que esses casos que venham do interior não sejam colocados na rua, a pessoa seja atendida, vai e volta para Ponta Grossa, como se fosse um animal a pessoa, um animal jogado numa ambulância. Acho um absurdo isso, não

posso concordar em momento nenhum.

Agora acho que até alguns Secretários do Governo, a grande maioria são bons, mas tem alguns que estão com problemas de saúde. Não estão escutando o Governador do Estado, não estão ouvindo, estão com problemas de audição. Até sugiro que façamos alguma vaquinha entre os Deputados e compremos um aparelho para eles. Para que eles possam entender o que o Governador está mandando, porque o Governador mandou dar o dinheiro para Santa Casa de Ponta Grossa há quinze dias, e até hoje o dinheiro não chegou, e nós estamos lá como mentirosos. Então é isso, não tem nada pessoal, estou indignado com esse fato e com o fato da IMPAR, está aqui o Presidente da IMPAR, uma empresa que não está pedindo nada para o Governo, apenas está pedindo a confiança para a Empresa que vai dar emprego para os nossos desempregados de Ponta Grossa que estão lá, o jornal mostra hoje, a cada dia mais e mais gente está desempregada.

Nada contra o Governo, setores bons tem que ser elogiados, agora setores que são incapazes até por questão de respeito a nós Deputados que apoiamos o Governo eles têm que ser responsabilizados pelas coisas erradas. Era isso, muito obrigado pelo aparte Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só para concluir Sr. Presidente.

Agradeço o aparte e não estou tirando o direito em absoluto, de se questionar. Apenas fiz o registro de que não se pode jogar a culpa no Governo do Estado. O Hospital Evangélico é dirigido e sustentado pela comunidade evangélica, pela sociedade curitibana e paranaense. Passou por seríssima dificuldade ninguém mais do que eu conhece a dificuldade do Hospital Evangélico. Esta Casa fez uma comissão no ano passado e foi visitar o Hospital Evangélico. Tentou junto ao governo passado, condições, financiamento, alguma verba para melhorar a situação do Hospital mas a situação do Evangélico é igual a de todos os outros e nós sabemos disso. O senhor está aqui para usar a sua voz, o seu voto em defesa do povo que o elegeu. Ninguém está lhe tirando isso. Agora, o que não se pode, é generalizar a coisa. De repente dizer que os Secretários de Estado estão surdos? Não, não estão surdos. Estão ouvindo tão bem que estão indo nas suas regiões, em Ponta Grossa, em Palmeira, lá na região do Deputado Pessuti que tem estado constantemente junto com os secretários de Estado, o Deputado Romanelli e outros Deputados aqui da Casa. Quer dizer, ninguém está passando por problema de surdez e nem de visão, por enquanto, no Estado do Paraná. Aliás, este é um governo de muita boa

Tem o aparte, o Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Com a concordância de V.Exa. e do Presidente Luiz Carlos Zuk, quero me somar a V.Exa. nessa argumentação que faz a respeito do Hospital Evangélico. Temos tido, ao longo desses 12 anos e meio como Deputado Estadual, a melhor das impressões no atendimento principalmente desse setor de queimados que realiza o Hospital Evangélico do Paraná. Temos que concordar com V.Exa., que se algum problema acontece no Hospital Evangélico não deve ser esse problema debitado exclusivamente ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná.

Sabemos que a política de saúde do País, atravessa um dos seus momentos mais difíceis. Falávamos ainda há pouco das dificuldades do setor agropecuário, mas o setor de saúde, sabemos que está falido, tanto que o Ministro Adib Jatene faz uma peregrinação pelos corredores do Congresso Nacional, Câmara e Senado, pelos Ministérios, faz uma jornada por esse país afora, tentando defender a bandeira de implantar-se a contribuição financeira, para se obter recurso à saúde, para se melhorar o pagamento do serviço prestado pelos médicos e casas hospitalares, entre as quais, o Evangélico.

Conhecemos esse trabalho que faz o Evangélico no setor de queimados. Entendo que este relato do Deputado Jocelito Canto é um episódio isolado que temos que analisar com o interesse e com a profundidade que o assunto merece, mas sou testemunha de dezenas, centenas de casos, inclusive da minha região, de pessoas que foram vítimas de queimadura e que ali permaneceram meses, meses e que receberam um atendimento dos mais qualificados. Temos conhecimento e V.Exa. lembrou aqui, de que o governo passado, na pessoa do Governador Requião, prestou auxílio àquela entidade, na forma de aquisição de equipamentos para alguns setores daquele hospital, a exemplo do que já tinha feito com o Hospital Pequeno Príncipe, onde houve a participação da Assembléia Legislativa, na época do Presidente Anibal Khury, na viabilização de recursos para o Hospital Pequeno Príncipe, depois, num trabalho da Presidência da Assembléia, conduzida por nós e do Deputado Anibal Khury, 1º Secretário, que acompanhou, numa primeira visita ao Governador Requião, à diretoria da comunidade evangélica, sei que já foram prestados repasses de recursos na forma de aquisição de equipamentos àquela entidade.

Tenho o maior carinho, o maior respeito pelo trabalho que o Hospital Evangélico desenvolve, nos mais diferentes setores, principalmente no setor de queimados que

Curitiba, quinta, em 10.08.95

tem inclusive o apoio da Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais desde à época em que a dona Iara Anibelli presidia, depois a Dona Niva, depois a minha esposa Regina e, agora, novamente a dona Niva e sempre que fazem as suas promoções destinam uma parcela de recursos: seja na forma de dinheiro ou de materiais de consumo para o setor de queimados do Hospital Evangélico. Porque elas, muito mais do que nós, sabem realmente o valor do serviço prestado por aquela entidade.

E ainda há pouco conversávamos com assessores nossos, vamos entrar em contato com o Dr. André Zakarovi que é o Presidente da Mantenedora do Hospital Evangélico, pessoal pela qual temos o maior respeito, hoje, inclusive, é o diretor de operações do BRDE. Pessoa a quem sempre nos dirigimos quando algum problema havia em relação ao Hospital e ele, também, a nós vinha para solucionar os seus problemas que a gente possa esclarecer o fato ocorrido e aqui relatado pelo Deputado Jocelito Canto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte do Deputado Orlando Pessuti que foi bastante esclarecedor e me fez lembrar, exatamente, de que esta Assembléia e a Associação das Senhoras dos Deputados tem dado a sua colaboração ao Hospital Evangélico. Até mesmo, Deputado Pessuti, a verba um tanto quanto vultosa dada por esta Casa, aqui, ao Hospital Pequeno Príncipe há questão de dois ou três anos atrás. Quer dizer, a Casa não falta com o seu apoio, com a sua ajuda. A comunidade não falta. Agora informa minha assessora, aqui, que neste exato momento que estão internados no Hospital Evangélico na Ala de Queimados - duas crianças: uma de Paranaguá e uma de Curitiba com queimaduras de 3º grau e o hospital tem atendido. Talvez tenha levado azar esta paciente. Porque o Hospital Evangélico atende da melhor maneira possível.

O Sr. Jocelito Canto - Concede-me um aparte? (Assentimento)

Gostaria de frisar aqui que o Deputado Pessuti não entendeu o meu pronunciamento, não está aqui se difamando o Hospital Evangélico, eu jamais faria isso. Estou dizendo de que nós precisamos evitar que, na seqüência, mais fatos venham acontecer e que o Governo do Estado apesar de não ter obrigação para com o hospital, ele tem obrigação com o povo do Paraná, tem obrigação com as famílias que vêm do interior e não têm para onde ir. E se nós temos um, nós temos que ajudar esse único um para que ele sobreviva e possa atender.

Deputado Algaci Túlio, para concluir: O documento que me foi enviado pelo Dire-

tor Geral do Hospital, diz: "Muitas vezes deixa-se de receber pacientes por absoluta falta de vaga e nunca ocorreu de se liberar vaga e depois não aceitar o paciente. O contrário do que se fez."

Então estou preocupado com isso aqui: "Muitas vezes deixa-se de receber o paciente por absoluta falta de vagas". Nós temos que fortalecer este hospital, temos que fazer com que o Governo do Estado ajude e vamos fortalecer este hospital, para que o Hospital não escreva mais isso! É isso que não posso concordar que uma pessoa viaje lá do interior e chegue aqui e na porta do hospital volte para a cidade por falta de vaga. E lá vai o queimado se arrebitando e acaba morrendo, às vezes, até na estrada. Então o meu pensamento é esse: precisamos evitar que lá na frente não se repita esses casos e que o hospital nunca mais escreva isso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço e peço a V.Exa. que abra a sua Cabina da Esperança, abra a porta da esperança no próximo mês e destine uma verba para o setor de queimados do hospital Evangélico.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (**Questão de Ordem**) - Só para concluir. Quero cumprimentar o debate. Há uma semana e meia atrás veio uma pessoa de Rebouças, às pressas, com um problema grave - dona Rosa, mãe do subcomandante da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, capitão Oscar Paluk - se não me engano - e ela foi encaminhada pela ambulância que a trouxe lá de Rebouças, para o Hospital Evangélico, porque não havia leitos em outros hospitais. E lá foi feita uma operação na perna da D. Rosa Paluk e foi cobrado oito mil reais por esta operação, sem chance de conversar preço.

Então, se nós formos falar em ajuda a algum hospital particular, Deputado Jocelito Canto, nós temos que falar de política de saúde para o Estado do Paraná e não ajuda para um ou outro caso.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (**Questão de Ordem**) - Só queria dizer ao Deputado Algaci Túlio que se a garagem da esperança tivesse dinheiro sobrando e hoje eu faço a prestação de contas, até podia fazer uma doação, mas infelizmente a garagem da esperança, este Deputado, tudo o que ganha gasta em favor do povo do Paraná e o povo de Ponta Grossa. Então o Deputado está sem grana. Se tivesse faria, Deputado, com todo o prazer.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) É para um assunto muito mais agradável. É para registrar a presença nesta Ca-

Prefeito Sérgio, de Itaguapé, e do ex-Prefeito Mário Forastoli, de Cambé, e futuro Prefeito.

Faço isto em meu nome e também do Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Agradecemos a notificação feita à Mesa e nós associamos a homenagem ao atual e ao futuro Prefeito.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**) - Meu prezado Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk, quero registrar aqui a presença hoje dos nossos Vereadores de Formosa do Oeste, Miguel Nabaro, Ademar Rodrigues e José Mafra e também registrar a presença dos Vereadores de Guaraniaçu, Vereador José Carlos Alves e Vereador Luiz Moraes e o grande causidico lá de Guaraniaçu, Sérgio Moraes e também o Prefeito de Laranjal, Riolando Caetano de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente anotadas as pessoas ditas pelo ilustre Deputado Nereu Moura e a Mesa Executiva se associa.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa projeto de decreto legislativo de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus constantes do expediente. Necessitam de apoio.- **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Cesar Selene, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constantes do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 158/95, que declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Imprensa - API", com sede e foro em Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 158/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Imprensa, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

Apoio: Eduardo Trevisan e José Tavares.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/95 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier que dispõe sobre a atenção à Saúde Mental no Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.S.P.. EMENDA DA C.S.P..

Em discussão. Com emenda da Comissão de Saúde Pública.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Esse projeto nosso ele tramitou na legislatura passada e recebeu algumas barreiras, principalmente do setor hospitalar e a Secretaria de Saúde na época não teve vontade política de fazê-lo tramitar.

Projeto semelhante a este foi aprovado já no Estado do Ceará, no Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Em recente visita a esta Casa, numa reunião da Comissão de Saúde, o Sr. Secretário de Saúde declarou publicamente apoio ao Projeto, e ontem este Deputado entrou em contato com o Senhor Secretário perguntando a respeito do que ele achava do Projeto e se entendia a necessidade de modificações que poderiam fazer na data de hoje.

O Senhor Secretário me informou por telefone que ele apoiaria o projeto e solicitava, da qual eu também solicito, a aprovação da emenda apresentada na Comissão de Saúde, da qual há concordância do autor, não só concordância política, mas inclusive da necessidade da emenda. E queremos dizer aos Srs. Deputados para votarem com tranquilidade porque resolução semelhante foi aprovado no Conselho Federal de Medicina.

E o Ministério da Saúde no ano de 93,

Curitiba, quinta, em 10.08.95

preocupado com esse tipo de projeto, chamou uma reunião, na qual essa Casa foi representada por mim e pela, hoje vice-Governadora Emília Belinati, na época Deputada, na qual discutíamos as questões de saúde mental no nosso País. E o Ministério da Saúde depois enviou correspondência inclusive a essa Assembléia na qual recomendava a aprovação de projetos de lei semelhante.

Só para informar os Srs. Deputados o Brasil tem cerca de 313 hospitais psiquiátricos, num total de oitenta e seis mil leitos, sendo que 75% deles são privados ou filantrópicos, somente 25% é público. O nosso Estado tem da necessidade que é de 4% de leitos, ele tem hoje cerca de 17%, ou seja 13% a mais da necessidade da população.

Esse projeto visa entre outras coisas, que não se construa mais hospital sem autorização do Conselho, e que se invista em terapêuticas alternativas ao hospital no sentido que se construa casas de convivência, comunidades e seja atendimento ambulatorial, visando esvaziar esses hospitais psiquiátricos. Visa esse projeto que cada doente mental seja tratado como cidadão e não como um objeto de lucro de certos setores da sociedade, ou mesmo com a perda dos seus direitos e cidadania. Tanto é que o nosso código penal coloca que pode existir internamentos compulsórios, como na época Jânio Quadros internou Tutu Quadros, ou qualquer um de nós podemos internar uma outra pessoa, amigo ou parente compulsoriamente.

Esse projeto não tem como impedir que isso ocorra, mas coloca obrigatoriedade do médico que internar alguém compulsoriamente comunicar o Ministério Público e esse designar uma comissão de peritos para verificar se realmente aquele cidadão sofre de algum problema mental, ou se ele está sendo internado por questões familiares.

Então, o Projeto visa garantir tratamentos alternativos, visa garantir o direito de cidadania, e a emenda apresentada junto com outros artigos já por nós apresentados, visa a democratização da administração desse setor, ou seja criar comissões para atuar na área de saúde mental, e quaisquer decisões a serem tomadas deverão ser consultados o Conselho Estadual de Saúde e os Conselhos Municipais.

Nesse sentido é que nós pedimos o apoio e a aprovação desse projeto por parte dos Srs. Deputados, e tendo já a certeza disso agradecemos esse apoio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Essa liderança entende que houve o entendimento já com o próprio Secretário Estadual da Saúde e com o Deputado Dr. Rosinha e realmente, a emenda que é colocada pelo

Curitiba, quinta, em 10.08.95

Deputado Sâmis Silva ela contempla o projeto e nós pedimos a votação favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Projeto. **Aprovado.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

O Projeto irá a 3ª Discussão, incorporada a emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/95 de autoria do Deputado Caíto Quintana que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, área de terras que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/95 de autoria do Deputado Toti Colaço que autoriza o Poder Executivo Estadual a Construir e Financiar, total ou parcialmente, em âmbito Estadual, o sistema "Casa do Produtor Rural". PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C., C.A.I.C. e C.F.. EMENDAS DA C.A.I.C. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/95 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que institui nas escolas estaduais de 1º e 2º Graus a Língua Espanhola, como disciplina obrigatória. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, há um requerimento colocado neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de colocar o projeto, existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada por 5 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 072/95, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. - **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 072/95 por 5 (cinco) Sessões.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/95 de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Assis Gurgacz. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em discussão.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós estamos solicitando a retirada da ordem do dia este projeto para uma melhor análise, então estou apresentando requerimento à mesa, para que V.Exa. submeta ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento que acaba de chegar a mesa de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 154/95 da Ordem do Dia de Hoje, por 5 (cinco) Sessões. - **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 154/95 por 5 (cinco) Sessões.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/95 de autoria do Deputado Ricardo Chab que declara de Utilidade Pública o Grupo Irmã Sheilla, com sede e foro no Município de Paranavai, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa requerimento nº 2133, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2134, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2175 e 2176, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2135 e 2174, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2136, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2137, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2138 a 2148, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2149 a 2157, de autoria do Sr. Deputado José Marcos Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2174, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2159, de autoria dos Srs. Deputados Walmor Trentini e Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2160, 2161, 2162 e 2180, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2166, de autoria do

Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2167 a 2171, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2172, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2183, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, com apolamento do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2173 e 2185, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 017 e 064/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 196, 245, 256, 259, 262 e 264/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças presidida pelo Senhor Deputado Élio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Albanor Gomes, Florisvaldo Fier, Durval Amaral e Walmor Trentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia:

01) Projeto de Lei n.º 186/95, de autoria dos Deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n.º 239/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 048/95. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n.º 189/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 032/95. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n.º 190/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 034/95. Relator Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n.º 249/95, de

autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 049/95. Relator Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n.º 250/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 050/95. Relator Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n.º 237/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 045/95. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n.º 236/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 044/95. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei n.º 152/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei n.º 191/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 035/95. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n.º 233/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 040/95. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n.º 234/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 042/95. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei n.º 235/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 043/95. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei n.º 232/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 039/95. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei n.º 080/95, de autoria dos Deputados Angelo Vanhoni e Algaci Túlio. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei Complementar n.º 106/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. A seguir o Deputado Florisvaldo Fier pergunta ao Senhor Presidente da Comissão, se já recebeu resposta sobre os requerimentos, por nós apresentados. A nossa preocupação, prende-se ao fato de que os prazos para as respostas já devem estar quase se esgotando. O Senhor Presidente informa que serão tomadas as medidas necessárias. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Curitiba, quinta, em 10.08.95

Aos vinte e um dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações presidida pelo Senhor Deputado Cleiton Kielse. Havendo número legal e não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 167/95, de autoria do Deputado João Tychy Filho. Relator: Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL. 02) Projeto de Lei n° 064/95, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator: Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL. 03) Projeto de Lei n° 171/95, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator: Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL. 04) Projeto de Lei n° 039/95, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL. 05) Projeto de Lei n° 162/95, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo. Relator: Deputado Péricles H. de Mello. Parecer FAVORÁVEL. 06) Projeto de Lei n° 117/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL. Nada mais tendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampier, Secretária da Comissão.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e cinco,

reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações presidida pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário. Havendo número legal e não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 238/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 047/95. Relator: Deputado Reny Borsatto. Parecer FAVORÁVEL. Nada mais tendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampier Secretária da Comissão.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Senhor Deputado Nereu Moura. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 200/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator: Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Leila Godoy, Secretária da Comissão.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
LEILA GODOY - Secretária